

LEI Nº 1.193, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024.

Estima a receita e fixa a despesa do Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2025.

O Prefeito do Município de Joaquim Nabuco, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais legais, faz saber que a Câmara municipal aprovou e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município para o exercício financeiro de 2025, na importância de R\$ 71.118.000,00 (Setenta e Um Milhões, Cento de Dezoito Mil reais), discriminadas pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º. A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo n.º 02 da Lei n.º 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

CODIGO	PREVISTO
11 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.222.750,01
12 CONTRIBUIÇÕES	4.047.000,00
13 RECEITA PATRIMONIAL	152.650,00
16 RECEITA DE SERVIÇOS	97.000,00
17 TRANSFERENCIAS CORRENTES	61.862.599,99
19 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.000,00
22 ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00
24 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000.000,00
72 CONTRIBUIÇÕES (INTRA)	2.594.000,00
99 RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	
TOTAL	71.118.000,00

Art. 3º. A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros, programa de trabalho e natureza da despesa, integrantes desta Lei, que apresentam o seguinte desdobramento:

FUNÇÃO	DOTAÇÃO
01 Legislativa	3.200.000,00
04 Administração	7.687.100,00
06 Segurança Pública	6.000,00
08 Assistência Social	5.039.000,00
09 Previdência Social	6.207.000,00
10 Saúde	13.465.500,00
12 Educação	23.565.400,00
13 Cultura	2.742.000,00
14 Direitos da Cidadania	15.000,00
15 Urbanismo	1.781.000,00
16 Habitação	30.000,00

17	Saneamento	137.000,00
18	Gestão Ambiental	152.000,00
20	Agricultura	461.000,00
23	Comércio e Serviços	4.000,00
24	Comunicações	268.000,00
25	Energia	839.000,00
26	Transporte	50.000,00
27	Desporto e Lazer	282.000,00
28	Encargos Especiais	4.513.000,00
99	Reserva de Contingência	674.000,00
TOTAL		71.118.000,00

RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO

01 01	CÂMARA MUNICIPAL	3.200.000,00
02 01	GABINETE DO PREFEITO	1.426.000,00
02 02	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.841.000,00
02 03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	5.607.100,00
02 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.000,00
02 05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	84.000,00
02 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	5.482.000,00
02 07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	156.000,00
02 08	SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E	219.000,00
02 09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	429.000,00
02 10	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL	147.000,00
02 11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	242.000,00
02 12	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔM	201.000,00
02 13	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	129.000,00
02 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	268.000,00
02 15	SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER	296.000,00
03 01	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	2.613.000,00
03 03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	13.381.500,00
03 04	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	4.463.000,00
03 05	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124.000,00
03 06	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JOAQUIM NABUCO	6.207.000,00
03 07	Fundo de Desenvolvimento Municipal - FEM	22.000,00
03 08	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	23.557.400,00
03 10	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	15.000,00
TOTAL		71.118.000,00

Art. 4º O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 1.152/2021, Lei das Diretrizes Orçamentária, a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares, mediante decreto, até o limite correspondente a 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na presente Lei, nos termos dos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, com finalidade de atender insuficiência de dotações estabelecidas na presente Lei em créditos adicionais e inserir categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos na programação de cada ação (projeto, atividade e operação especial).

II – Abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentária;

III - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a realização da receita demonstrar se aquém da prevista, comprometendo assim, os resultados nominal e primário estabelecidos nesta Lei.

Art 5º. Excluem do limite estabelecido no artigo anterior, suplementações de dotações do mesmo grupo, para atendimento das despesas conforme o Art. 23º, §2º, da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025.

Art. 6º. Nas autorizações e aberturas de créditos adicionais, além dos recursos indicados no § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, para cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os resultados de convênios celebrados ou reativados e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária Anual de 2025.

Art. 7º. Os créditos adicionais suplementares que se destinarem ao reforço das dotações do grupo de pessoal e encargos sociais e fontes de recursos dos órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundos serão abertos através de decreto do Poder Executivo não tendo vinculação ao percentual disposto no art. 4º, inciso I, desta Lei.

Art. 8º. Os créditos adicionais suplementares que apresentarem como fontes de financiamento recursos provenientes de convênios a fundo perdido, operações de crédito e transferências voluntárias e recursos provenientes de excesso de arrecadação, ou superávit financeiro, até o limite do total apurado, individualizado por fontes de recursos, observada a vinculação de que trata o parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, serão abertos através de decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Para efeito da execução orçamentária, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de natureza de despesa de ações constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

Art. 10. Os ajustes entre categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos de dotações constantes de uma mesma ação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, serão formalizados através de Portaria da Secretaria da Fazenda e/ou da Administração, por não constituírem mudança de categoria de programação, na forma do art. 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Art. 11. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas nesta Lei em seus créditos adicionais em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Art. 12. Para cumprimento do § 2º do art. 167 da Constituição Federal, os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses de 2024, reabertos no exercício de 2025, poderão ter a classificação orçamentária ajustada para compatibilizar com o orçamento vigente, não sendo computados nos limites estabelecidos no inciso I do art. 7º da presente Lei.

Art. 13 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir do dia

02 janeiro de 2025.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de novembro de 2024.

-Gilvan Silva Barreto-
- Prefeito -

